

ANEXO B - MINUTA DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES E A EMPRESA xxxxxxxxx OBJETIVANDO O PERMISSIONAMENTO A TÍTULO PRECÁRIO E POR PRAZO DETERMINADO, DE UM ESPAÇO PÚBLICO NO PARQUE RUY RAPHAEL DA ROCHA, À RUA FRANCISCO JOSÉ TONIN, Nº 303, JARDIM FAXINA, COM VISTAS À IMPLANTAÇÃO DE UMA LANCHONETE E SANITÁRIOS EM ALVENARIA, PARA EXPLORAÇÃO DE TERCEIROS, ATRAVÉS DE PESSOA FÍSICA E/OU DE PERSONALIDADE JURÍDICA DEVIDAMENTE CONSTITUÍDA

DATA: ____ de ____ de 2020.

PRAZO: 15 (quinze) anos corridos e consecutivos.

LICITAÇÃO: Edital de Chamada Pública 04/2020.

CONTRATO DE PERMISSIONAMENTO: ____/2020.

Cláusula 1ª - DAS PARTES

1.1. A **Prefeitura do Município de Santa Gertrudes**, inscrita com CNPJ 45.732.377/0001-73, com sede à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, E-mail: gabinete@santagertrudes.sp.gov.br, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Rogério Pascon**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Avenida 02, nº 572, Jd. Iporanga, Santa Gertrudes/SP, CEP.: 13.510-000, portador do CPF 082.535.568-02 e do RG 18.898.286-3/SSP/SP, E-mail: rogeriopascon@hotmail.com, adiante designada simplesmente PREFEITURA, e;

1.2. A empresa _____, inscrita com CNPJ _____, com sede a _____, _____, Bairro, _____/____, E-mail INSTITUCIONAL: _____, adiante designada simplesmente PERMISSIONÁRIA, por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, portador do CPF _____ e do RG _____, residente e domiciliado a _____, _____, Bairro, _____/____, E-mail PESSOAL: _____ ajustam o seguinte:

Cláusula 2ª - DO OBJETO DO PERMISSIONAMENTO

2.1. Constitui objeto deste contrato o **permissionamento a título precário e por prazo determinado, de um espaço público no Parque Ruy Raphael da Rocha, à Rua Francisco José Tonin, nº 303, Jardim Faxina, com vistas à implantação de uma lanchonete e sanitários em alvenaria, para exploração de terceiros, através de pessoa física e/ou de personalidade jurídica devidamente constituída**, obrigando-se a PERMISSIONÁRIA a:

2.1.1. Promover a Construção do local de lanchonete e sanitários (sendo um masculino e um feminino, que deverão seguir as normas de acessibilidade), conforme metragens mínimas e máximas abaixo, sendo que o projeto deverá ser aprovado pela Prefeitura, seguindo todas as exigências da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Vigilância Sanitária, Tributação(se for o caso), Segurança pública, normas de acessibilidade, peculiaridades do local, e outras normas vigentes que se enquadrem no ramo de atividade:

2.1.1.1. Mínimo: 10 m2 de banheiro e 07m2 de lanchonete + 06m2 área coberta para colocação de mesas e cadeiras para os clientes.

2.1.1.2. Máximo: 20 m2 de banheiro e 15 m2 de lanchonete / bar + 30 m2 área coberta para colocação de mesas e cadeiras para os clientes.

2.1.1.3. O prazo máximo para a construção acima descrita é de 90(noventa) dias corridos, a contar da data da celebração do Contrato de

Permissionamento, sob pena de cassação dos direitos, prorrogável por interferência de intempéries ou fenômenos naturais.

2.1.2. Promover a abertura do estabelecimento todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, encerrando suas atividades no horário determinado na legislação municipal, podendo estender-se, excepcionalmente, desde que autorizado pela PREFEITURA;

2.1.3. Manter em perfeito higiene e segurança o prédio em alvenaria, todos os equipamentos e as suas dependências, bem como os sanitários públicos ali alocados;

2.1.4. Servir alimentos (exemplos: refeições, lanches, porções, pizzas, salgados, quitutes, dentre outros), doces e bebidas (exemplos: água, refrigerante, suco, cerveja, destilados, dentre outros), sendo que as bebidas deverão ser servidas, preferencialmente, em copos plásticos descartáveis;

2.1.5. Obedecer aos preços comuns de mercado para exploração da atividade comercial prevista neste Edital, com observância às tabelas oficiais, quando houver, a critério e decisão da PREFEITURA;

2.1.6. assumir os pagamentos integrais das contas referentes aos consumos de água, dos esgotos sanitários e da energia elétrica do prédio, contas estas que serão emitidas em nome do permissionário, após a individualização, com a instalação de relógios de luz e hidrômetro, pelo município;

2.1.7. Responsabilizar-se por toda segurança do local e equipamentos;

2.1.8. Iniciar as atividades quando da emissão do alvará de funcionamento.

2.1.9. Se optar por instalar quiosques com pavimento de chão, levarei o pré projeto para ser aprovado pela Prefeitura.

2.1.10. Se optar por construir uma abertura com portão de passagem, a mesma terá no mínimo 1,20 mts, e terá o mesmo padrão e materialidade do existente, com aprovação prévia da Prefeitura, de local e estrutura

2.1.11. Não efetuar cobrança para a entrada de munícipes no local de lanchonete tampouco na área do lago

2.1.12. instalar todos os equipamentos necessários ao bom e regular funcionamento do objeto deste permissionamento.

2.1.13. Toda manutenção da área do lago (Anexo D) (como roçagem, poda, recolhimento de lixo, etc) e toda intervenção (como plantil, abertura de passeio, etc.) que deverá ter a anuência e aprovação da Prefeitura, e será de responsabilidade do Permissionário.

2.1.14. Ligação de água e esgoto e energia elétrica (instalação, manutenção e contas) será de responsabilidade do permissionário.

2.1.15. Constituir pessoa jurídica, em qualquer modalidade, de acordo com o ramo de atividade a ser exercido.

Cláusula 3ª - DO VALOR GLOBAL DO PERMISSIONAMENTO

3.1. O valor global deste permissionamento é de R\$ _____ (_____), valor este que a PERMISSIONÁRIA deverá investir na construção da lanchonete e sanitários visando a exploração do espaço público.

Cláusula 4ª - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. Este contrato terá vigência de **15 (quinze) anos corridos e consecutivos**, contados da data da sua celebração, de forma a PERMISSIONÁRIA reverter o investimento realizado.

4.2. Ao final deste prazo, todas as benfeitorias reverterão ao patrimônio público.

Cláusula 5ª - DAS RESPONSABILIDADES DA PERMISSIONÁRIA

5.1. A PERMISSIONÁRIA é responsável pela boa qualidade dos serviços prestados.

5.2. A PERMISSIONÁRIA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e a qualidade dos serviços prestados.

5.3. A PERMISSIONÁRIA deverá responder pelos serviços que executar, na forma da Lei;

5.4. A PERMISSIONÁRIA deverá prover os serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

5.5. A PERMISSIONÁRIA deverá conduzir os serviços de acordo com as normas trabalhistas, com estrita obediência as leis vigentes.

5.6. A PERMISSIONÁRIA deverá realizar obras e benfeitorias necessárias à adequação das normas sanitárias, não tendo direito a reembolso ou indenização.

5.7. A PERMISSIONÁRIA deverá respeitar todas as exigências contidas no Edital de Chamada Pública 04/2020 e cláusula 2ª deste contrato.

Cláusula 6ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A PERMISSIONÁRIA ficará sujeita as seguintes penalidades, por inobservância as condições estabelecidas neste Contrato de Permissionamento:

6.1.1. Advertência escrita com prazo para sanar a pendência;

6.1.2. Interdição sumária de sua atividade até que seja sanada a pendência;

6.1.3. Cassação da permissão e desocupação imediata do imóvel permissionado;

6.1.4. Aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

6.2. As penalidades previstas são autônomas e sua aplicação cumulativa será regida pelo artigo 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal Nº: 8666/93 e alterações.

6.3. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da PREFEITURA, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido aos cofres da PREFEITURA, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

Cláusula 7ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à PERMISSIONÁRIA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

7.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

7.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

7.1.3. Paralisar os serviços durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

7.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a prestação dos serviços;

7.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

7.2. A PERMISSIONÁRIA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1. A PREFEITURA não investirá nenhum tipo de recurso financeiro neste contrato de permissionamento.

Cláusula 9ª - DO SUPORTE LEGAL

9.1. Este contrato é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

9.1.1. Constituição Federal;

9.1.2. Lei Orgânica Municipal;

9.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações;

9.1.4. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

Cláusula 10ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

10.1. A PERMISSIONÁRIA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato de permissionamento, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

10.2. Fica expressamente proibida a subcontratação total deste contrato, sem a anuência escrita e expressa da PREFEITURA.

10.3. A PERMISSIONÁRIA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

10.4. As dúvidas surgidas na aplicação deste contrato, bem como os casos omissos serão solucionados pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos – Paulo Fernando de Mello Dikerts Filho, ouvidos os órgãos técnicos especializados, ou profissionais que se fizerem necessários.

10.5. A PREFEITURA poderá, através de comunicação escrita e por prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias, retomar, sem indenização de qualquer espécie, o referido permissionamento, desde que o mesmo esteja sendo explorado em desconformidade com o estipulado por este contrato, bem como se o mesmo se revelar insuficiente para o atendimento dos usuários, ou, ainda, se deixar de atender ao interesse público.

10.6. Não havendo mais interesse da PERMISSIONÁRIA em explorar o objeto do permissionamento, a mesma deverá comunicar a PREFEITURA com antecedência, estabelecendo um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o encerramento das atividades, devendo entregar o imóvel totalmente desocupado, sem que lhe caiba qualquer tipo de indenização a título de ressarcimento de despesas ou investimentos.

10.7. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidos administrativamente.

10.8. Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal

Permissionária**Testemunhas:**

1. Ana Maria Garcia Pimenta;

2. Rafael Stabellini Colabone;